

BARREIRAS E OPORTUNIDADES PARA MULHERES NOS PARTIDOS CONSERVADORES

Palavras-Chave: Partidos Políticos, Gênero, Conservadorismo

Autoras:

Maria Clara Melo Leite (IFCH – UNICAMP)
Prof.^a Dr.^a Rachel Meneguello (orientadora, IFCH – UNICAMP)

INTRODUÇÃO:

Este estudo se fundamenta sobre a relação entre gênero e partidos políticos conservadores no processo de participação institucional partidária. Tem como objetivo entender como se relacionam os partidos políticos Republicanos e Partido Liberal (PL), em sua organização interna e ideologias, com as dinâmicas de acesso aos canais eleitorais por mulheres (Araújo, 2005), com foco sobre o contexto de fortalecimento dos setoriais femininos desses partidos nas eleições municipais de 2024. Portanto, questiona-se como os partidos Republicano e Partido Liberal incorporam a demanda feminina em suas estruturas intrapartidárias e se esta incorporação é bem-sucedida?

Tem como recorte as eleições municipais de 2024 no estado de São Paulo. Propõe-se um estudo de caráter qualitativo e quantitativo que combine as dimensões de análise propostas por Childs (2013), buscando analisar e definir partidos políticos através da tipologia da *feminilização partidária* (Wiliarty, 2010; Céli; Childs, 2018). Em linhas gerais, com o objetivo de analisar a dimensão descritiva da inclusão feminina, que será o foco deste trabalho, serão analisados dados eleitorais e referentes a composição de membros nos partidos, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados sobre a dimensão substantiva da atuação de mulheres nos partidos serão tratados, de forma limitada, levando em conta as análises sobre documentos partidários, sites oficiais e entrevistas feitas até o momento.

Este trabalho consiste em uma apresentação sintética sobre os resultados preliminares de uma Iniciação Científica ainda em andamento. Portanto, possui limitações próprias a um contexto de pesquisa de Iniciação Científica, sobretudo em relação ao tempo de realização, e limitações quanto aos resultados apresentados, pois, por se tratar de um estudo ainda em andamento, as entrevistas e análises qualitativas dos dados ainda não alcançaram sua saturação ideal. Afetando, nesse sentido, a obtenção de resultados conclusivos, especialmente em relação a dimensão da representação substantiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A feminização partidária refere-se a um conjunto de tipologias por onde partidos políticos são definidos através de sua capacidade em incluir mulheres descritivamente, em cargos parlamentares, como líderes nas estruturas do partido e como membros. Em relação a dimensão descritiva, os partidos

podem variar entre tipos responsivos, neutros ou antifeministas, podem também ocupar as definições intermediárias de partidos cooptativos. São definidos também em relação ao campo substantivo, a partir do quanto e como absorvem as agendas e reivindicações feitas por mulheres filiadas a essas legendas partidárias ou que compõe sua base eleitoral. Em relação a como absorvem as demandas de mulheres, podem ser classificados como feminista, neutro ou antifeminista (Childs, 2013). A apresentação dos resultados preliminares segue a divisão supracitada, descrevendo, de forma sucinta, os achados de pesquisa no campo descritivo e em relação aos dados sobre a organização e setoriais de mulheres dos partidos, seguidos de uma breve descrição sobre a dimensão substantiva.

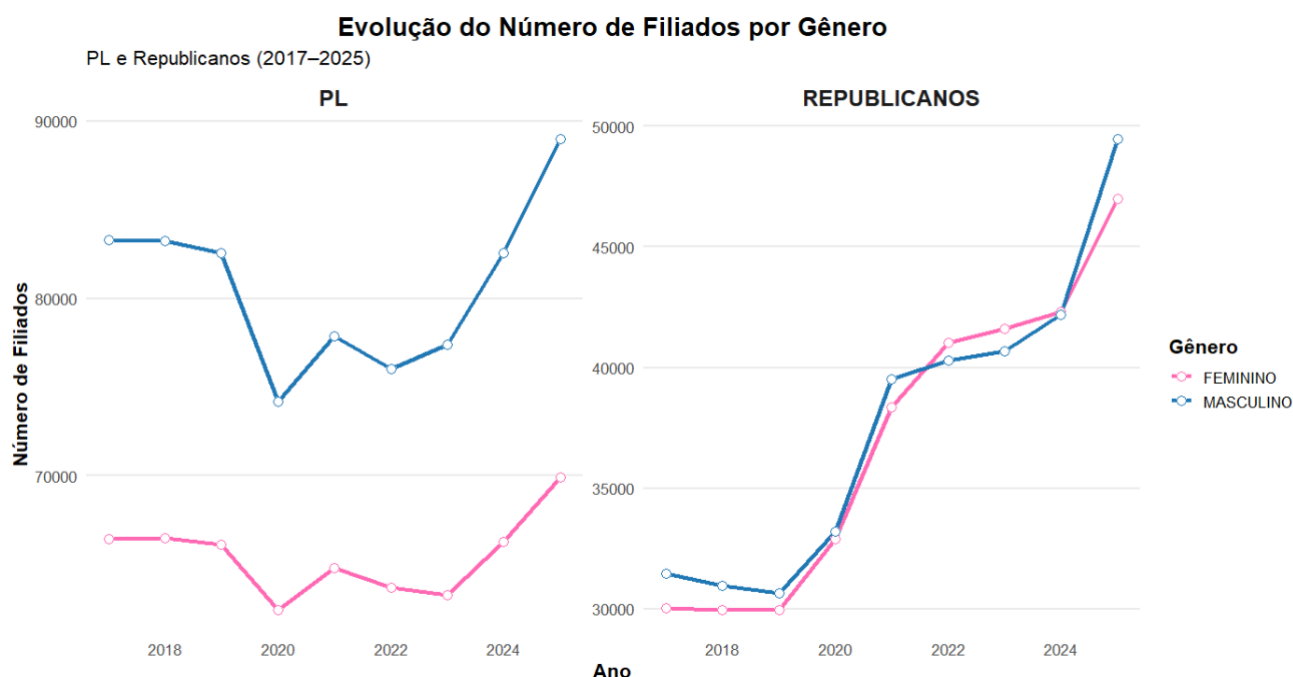
A análise descritiva demonstra um certo aumento do número de mulheres candidatas e eleitas pelos partidos de conservadores em São Paulo, com destaque aos casos dos partidos PL e o Republicanos. Mostra também uma pequena pluralidade em relação a raça nessas legendas, com um modesto aumento da quantidade de mulheres pretas e pardas eleitas, sobretudo no Republicanos. Cenário que evidencia o processo de apropriação de pautas identitárias por parte dos partidos de direita, o sucesso da retórica pró-inclusão de mulheres nas instituições e o impacto material dessas retóricas, traduzidas em políticas de inclusão e integração de mulheres nos partidos (Lovenduski; Norris, 1993). A tabela 1 e Figura 2 expressam os dados em relação ao número de mulheres eleitas e filiadas aos partidos, respectivamente.

Tabela 1 – Mulheres eleitas nas eleições municipais no estado de São Paulo entre 2012 e 2024

Cargo	Partido	2012	2016	2020	2024
Prefeitas	PMDB/MDB	6	6	7	9
	PR/PL	4	3	3	9
	PSB	3	7	0	2
	PSD	6	5	7	22
	PSDB	19	14	15	4
	PT	7	1	0	0
	PRB/REPUBLICANOS	1	3	3	6
Vereadoras	PMDB/MDB	79	93	98	118
	PR/PL	39	44	72	184
	PSB	36	43	34	54
	PSD	59	71	88	207
	PSDB	127	119	199	58
	PSOL	1	4	11	13
	PT	89	31	45	47
	PRB/REPUBLICANOS	12	32	62	137

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE.

Figura 2: Número de filiados e filiadas nos partidos PL e Republicanos no estado de São Paulo entre os anos de 2017 e 2025



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE.

A nível organizativo, os partidos são exemplos de partidos centralizados, ideologicamente direcionados e inseridos em um sistema partidário e eleitoral pouco favorável a inclusão de mulheres (Araujo, 2005). O sucesso eleitoral de mulheres aos legislativos e executivos municipais no estado de São Paulo pode ser atribuído, em parte, ao ganho de destaque e fortalecimento dos setoriais de mulheres nos dois partidos, que passaram por processos de modernização a partir de 2023, com as novas direções de Michelle Bolsonaro, no PL Mulher, e por Damares Alves, no Mulheres Republicanas.

De forma substantiva, as novas lideranças dos movimentos de mulheres dos partidos promoveram alterações nos estatutos partidários, por onde os setoriais de mulheres passaram a ser descritos e ter sua atuação delimitada. Promoveram também eventos de formação política para mulheres em todas as regiões do país, também para cooptação de candidatas e filiadas. A participação e representação política de mulheres tornou-se uma agenda nos partidos, que passaram a promover eventos contínuos de formação, discussão e a promover políticas visando uma maior inclusão e integração de mulheres nos partidos. No caso paulista, ambos movimentos possuem secretarias estaduais e núcleos municipais, que possuem regras de criação previstas nos respectivos estatutos partidários.

Contudo, destaca-se que a rejeição à categoria de gênero e o conservadorismo cristão são importantes dimensões que guiam a ação das políticas conservadoras em seus projetos políticos e em ações nos partidos. Isso porque as visões teológicas, deterministas sobre o lugar natural e biológico da mulher, são mediadoras fundamentais da produção de políticas por estas mulheres, em especial nos campos dos direitos sexuais e reprodutivo, com destaque a questão do aborto. Também instrumentalizam a família em sua ação política e disputam o sentido de gênero e de “ser mulher” (Childs; Webb, 2011; Biroli et al., 2021). Essa discussão evidencia os contornos complexos que possui a análise sobre a representação substantiva de mulheres conservadoras na política.

A complexidade se intensifica ao discutir sobre a produção de políticas públicas por parte das representantes políticas eleitas por partidos da extrema direita, que, em muitos casos, produzem políticas antidemocráticas e antifeministas (Childs; Webb, 2011; Celi; Childs, 2018; Biroli, 2020). Por esse motivo, a análise sobre a dimensão substantiva das ações de mulheres conservadoras na política é desafiadora e esbarra-se em uma discussão mais ampla sobre os sentidos e limites do conceito de representação substantiva.

Portanto, levando em consideração que o PL e Republicanos estruturam suas organizações, seus critérios de distribuição de recursos e poder deliberativo e se relacionam de maneiras distintas com suas secretárias de mulheres, conferem processos também distintos de feminização partidária. Mas, diante de resultados preliminares, é possível apontar que ao investirem em políticas de inclusão para mulheres podem ser enquadrados com exemplos de partidos cooptativos antifeministas (Childs, 2013). Nesse sentido, destaca-se o papel dos setoriais de mulheres dos partidos à nível local e regional, pois cumprem o papel de agregadores e capilarizadores das demandas de mulheres conservadoras organizadas nos diferentes níveis participativos e deliberativos dos partidos. Os setoriais de mulheres destes partidos obtiveram sucesso na tarefa de incluírem mais mulheres em seu interior, a partir da construção de redes de solidariedade entre mulheres nos diferentes níveis das estruturas dos partidos (Avelar, 1987). Mas, fazem a integração das demandas de mulheres sobre uma direção antifeminista.

CONCLUSÕES:

Em linhas gerais, esta pesquisa colabora ao mostrar que, diferente do previsto em estudos clássicos da área de partidos e gênero que apontavam para a indiferença e não responsividade de partidos conservadores sobre a questão da inclusão e integração de mulheres nos partidos (Chapman, 1993; Norris, 2003), os partidos Republicanos e Partido Liberal vêm, através do fortalecimento de seus setoriais femininos, trazendo centralidade à agenda da participação e representação de mulheres na política e nos partidos. Levando em conta os critérios postos nos estudos sobre feminização partidária, indica que os partidos podem ser entendidos como instituições em processo de feminização intrapartidária, podem também, de forma específica, serem considerados como casos de partidos cooptativos antifeministas (Childs, 2013).

Em relação às limitações deste trabalho, destaca-se para a necessidade da produção de pesquisas e estudos que foquem sobre as ambiguidades presentes no processo de feminização em partidos conservadores. De modo a tensionar a contradição entre retóricas de inclusão para mulheres nos partidos e políticas concretas para sua integração, estudando as dinâmicas de recrutamento de candidatas e a distribuição de recursos de campanha para mulheres nos partidos conservadores. Em relação à dimensão substantiva, é necessário também promover estudos mais profundos sobre a distribuição de poder deliberativo entre mulheres nos partidos e sobre o que e como produzem políticas públicas, privilegiando abordagens que relacionem dados empíricos com a literatura preocupada com as dinâmicas entre gênero e instituições políticas.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, p. 193–215, 2005.

AVELAR, Lúcia. A Participação Política da Mulher e a Ideologia do Conservadorismo Político Feminino: subsídios para novas pesquisas. In: *Encontro Anual Anpocs*, 11, 1987, Águas de São Pedro SP.

BIROLI, Flávia. Gênero, “Valores Familiares” e Democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

CAMPBELL, Rosie; CHILDS, Sarah. The (feminised) contemporary Conservative Party. In: BERTHEZENE, Clarisse; GOTTLIEB, Julie. *Rethinking right-wing women: Gender and the Conservative Party, 1880s to the present*. Manchester: Manchester University Press, 2017.

CHAPMAN, Jenny. *Politics, Feminism and Reformation of Gender*. Londres: Routledge, 1993.

CELIS, Karen; CHILDS, Sarah. Conservatism and Women’s Political Representation. *Politics & Gender*, v. 14, n. 01, p. 5–26, 2018.

CHILDS, Sarah; WEBB, Paul. *Sex, Gender and the Conservative Party: from Iron Lady to Kitten Heels*. UK: Palgrave Macmillan, 2011.

CHILDS, Sarah. Intra-Party Democracy: A Gendered Critique and a Feminist Agenda. In: CROSS, Willian; KATZ, Richard. *The Challenges of Intra-Party Democracy*. London: Oxford University Press, 2013.

LOVENDUSKI, Joni e NORRIS, Pippa. *Gender and Party Politics*. London, Sage, 1993.

WILIARTY, Sarah. *The CDU and the Politics of Gender in Germany: Bringing Women to the Party*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.